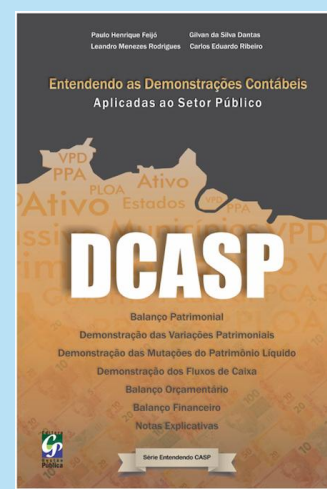
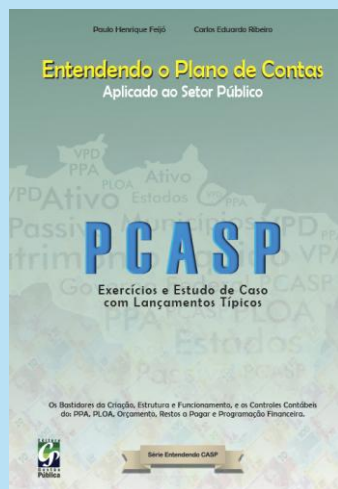
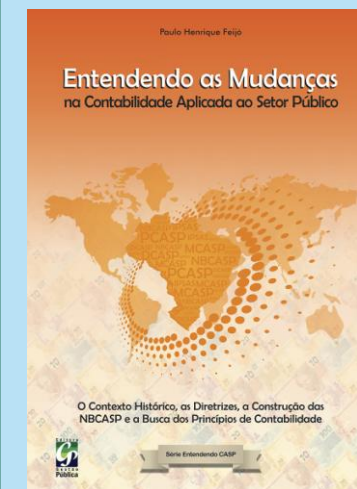
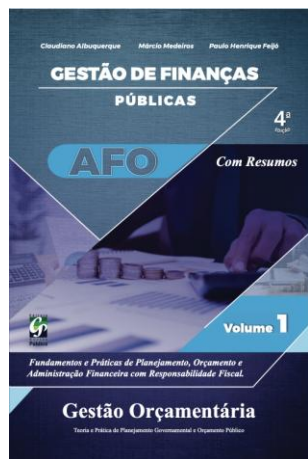


Gestão de Finanças Públicas

Fundamentos e Prática de
Planejamento, Orçamento e a
Administração Financeira
com Responsabilidade Fiscal.

Gestão Orçamentária

Paulo Henrique Feijó
paulo.feijo@icloud.com



Série Entendendo CASP

EAD

ENSINO A DISTÂNCIA

ENTENDENDO O

PCASP

PLANO DE CONTAS
APLICADO AO SETOR PÚBLICO

CURSO

ASSISTA AULA COM O AUTOR DOS LIVROS





**“Ninguém conhece tudo,
Ninguém ignora tudo,
Ninguém jamais conhecerá tudo,
Ninguém jamais ignorará tudo,
Por isso a vida é um eterno aprender.”**

Paulo Freire (Com adaptações)

**Frase retirada do livro de Contabilidade Pública –
Prof. Francisco Glauber Lima Mota.**

Conteúdo

1 Planejamento Governamental

2 Plano Plurianual (PPA)

3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

4 Orçamento Público

5 Princípios Orçamentários

6 Crédito Orçamentário

7 Receita Orçamentária

8 Execução da Receita

9 Despesa Orçamentária

10 Execução da Despesa

11 Encerramento do Exercício e Restos a Pagar

12 Controle da Gestão Pública

13 Sistemas Organizacionais e Estruturadores no Setor Público

14 **Elaboração e Gestão do Plano Plurianual**

15 **Elaboração da Lei Orçamentária Anual**

16 **Tramitação no Congresso Nacional**

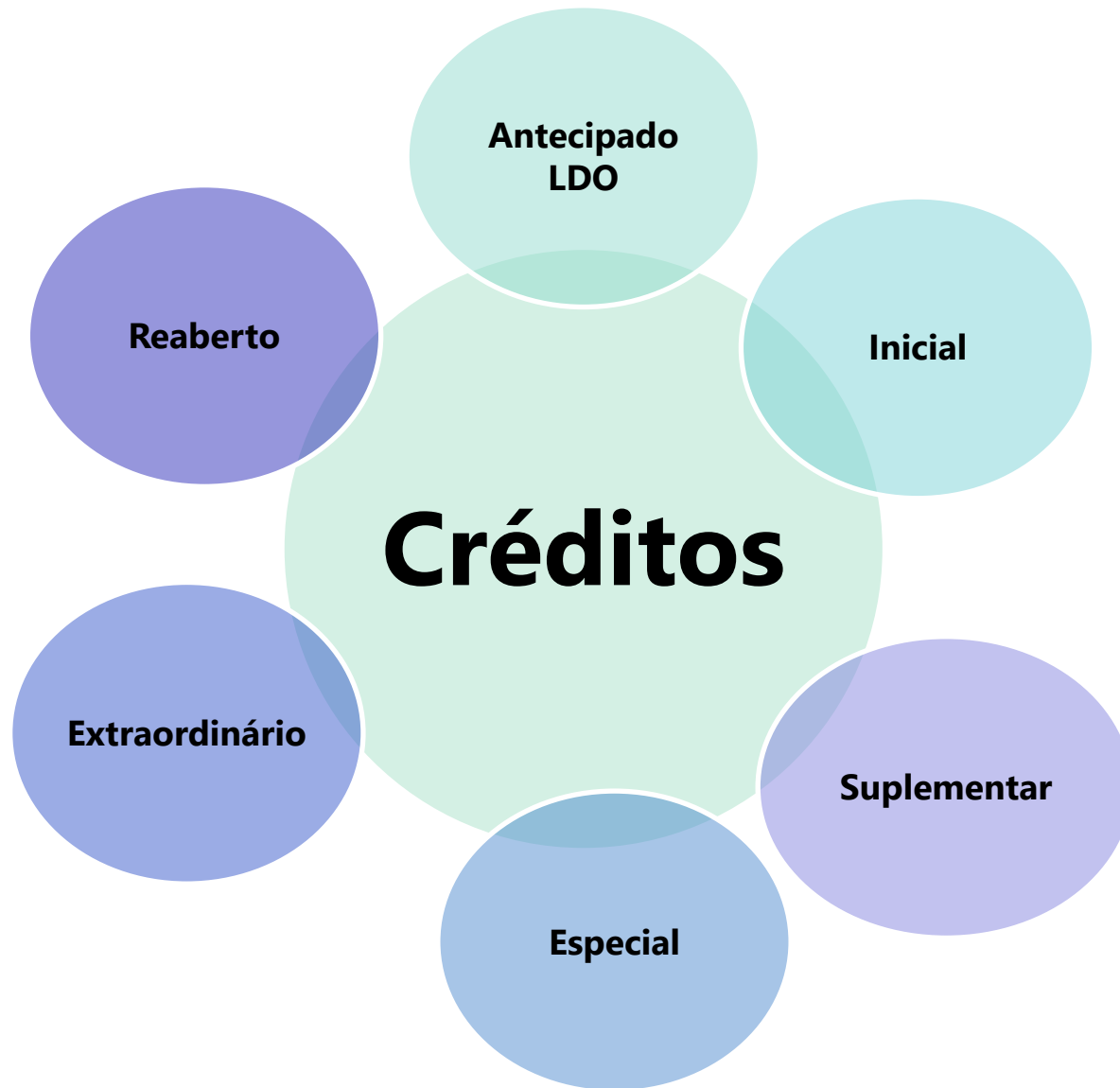
Módulo 6

Créditos Orçamentários

Gestão Orçamentária

Classificador	Código	Descrição
Esfera Orçamentária	10	Orçamento Fiscal
Institucional		
Órgão	26	Ministério da Educação
Unidade Orçamentária	26233	Universidade federal do Ceará
Funcional		
Função	12	Educação
Subfunção	364	Ensino Superior
Estrutura Programática		
Programa	5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.
Ação	20GK	Fomento às Ações de Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.
Subtítulo ou Localizador do Gasto (Facultativo)	0023	Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará.
Fonte de Recursos	500	Recursos Não Vinculados de Impostos
Natureza da Despesa		
Categoria Econômica	4	Despesa de Capital
Grupo de Natureza da Despesa	4	Investimento
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta
Elemento da Despesa (Facultativo)	51	Obras e Instalações
Indicador de Resultado Primário	2	Despesa Primária Discricionária
Célula da Despesa	10.26233.12.364.5013.20GK.0023.500.449051.2	

Tipos de Créditos Orçamentários



Lei 4.320, Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.



Suplementar

- Dotação Existente na LOA, mas insuficiente.

Especial

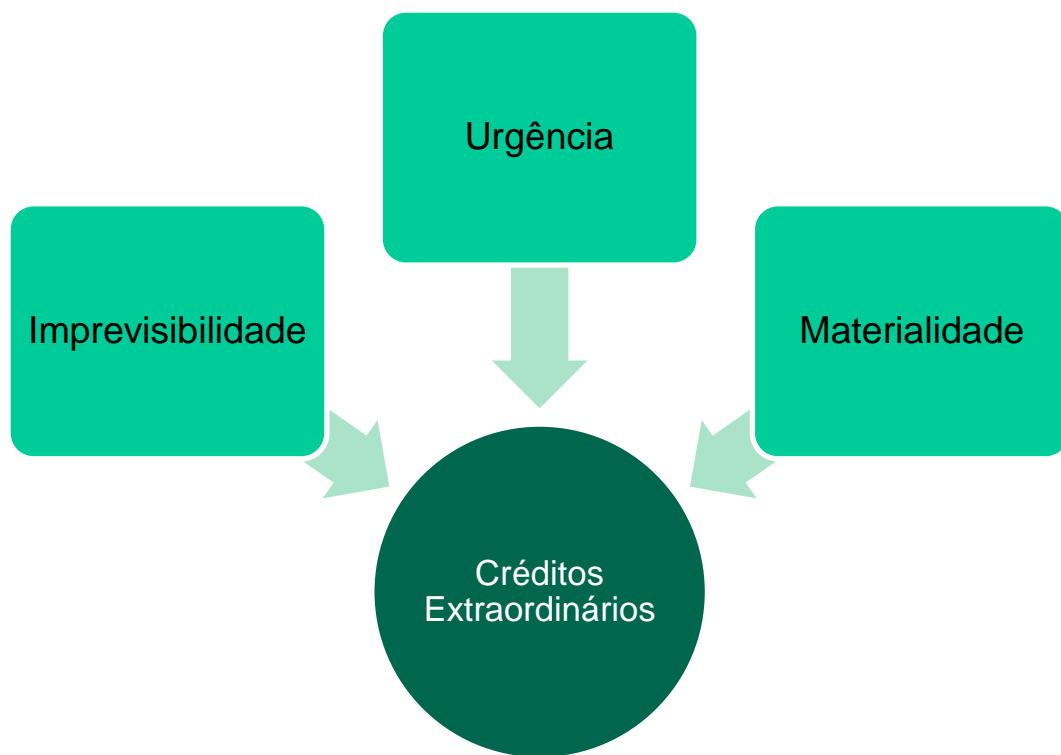
- Não existe dotação na LOA.
- Pode ser reaberto.

Extraordinário

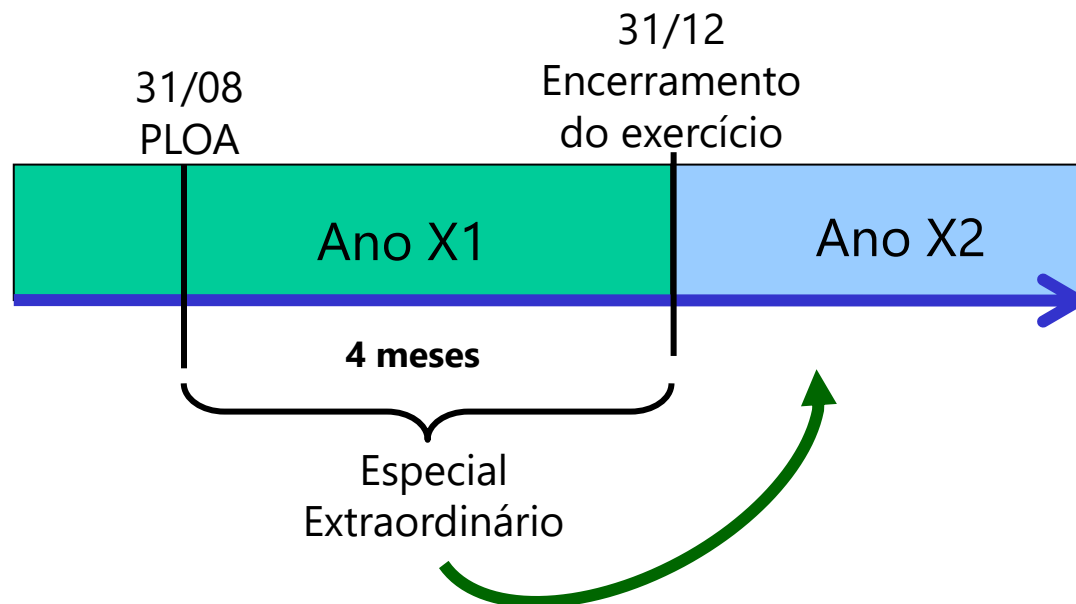
- Atender a despesas **imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- Pode ser reaberto

Requisitos para Abertura de Crédito Extraordinário

CF, Art. 166, § 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a **despesas imprevisíveis e urgentes**, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

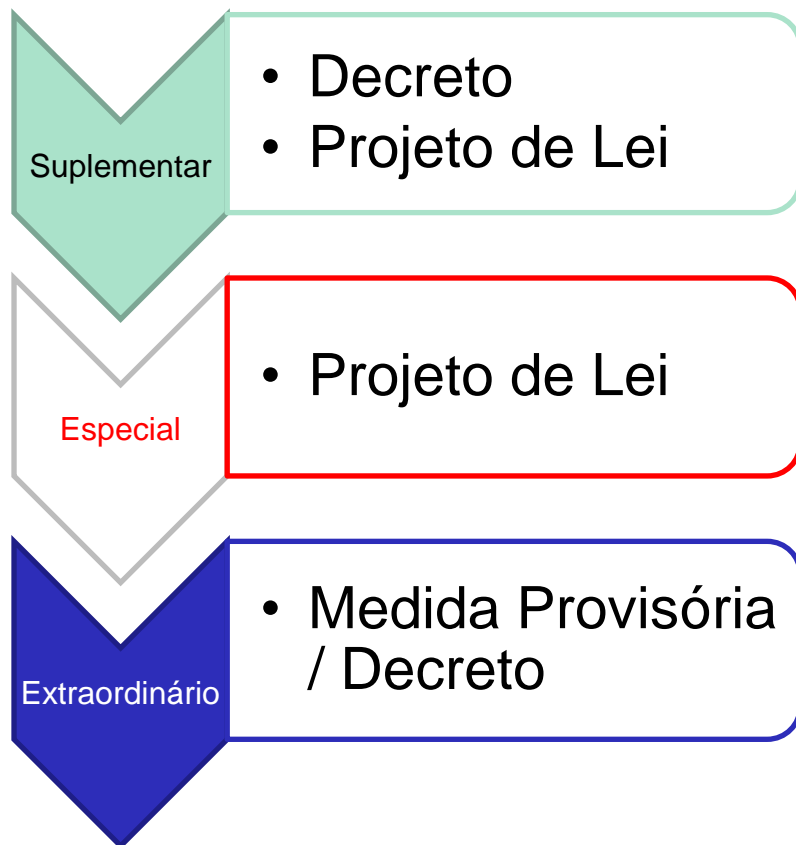


As situações expostas no texto constitucional **são exemplificativas**, portanto, não limitam a abertura de créditos extraordinários para outras situações desde que cumpram os requisitos básicos.



Art. 167. § 2º - Os créditos **especiais e extraordinários** terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Crédito Adicionais e o Princípio da Exclusividade



CF, Art. 165 § 8º. A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, **não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares** e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Por tratar-se de alteração da LOA, todo crédito adicional está amparado por algum instrumento legal ou com força de lei.

Suponha que determinado ente tenha aberto um **crédito especial** no valor de R\$ 1.000 para financiar determinada ação orçamentária. Contudo, ao longo da execução da despesa verifica-se que o valor aprovado não será suficiente e que será preciso aprovar novo crédito adicional no valor de R\$ 200.

Este novo crédito será **suplementar ou especial**?

Lei 4.320, Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

- CF 1988, Artigo 167. São vedados:

V - a abertura de crédito **suplementar ou especial** sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

- Lei 4.320/1964, Art. 43. A abertura dos créditos **suplementares e especiais** depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

CF, 166, § 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante **créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.**



4320/1964

Decreto Lei nº200/1967 e LRF

DL nº 200, Art. 91. Sob a denominação de **Reserva de Contingência**, o orçamento anual poderá conter dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.

- **O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior. (Lei 4.320/1964, Art. 43, Inciso I)**

Art. 43, §2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, **conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.**

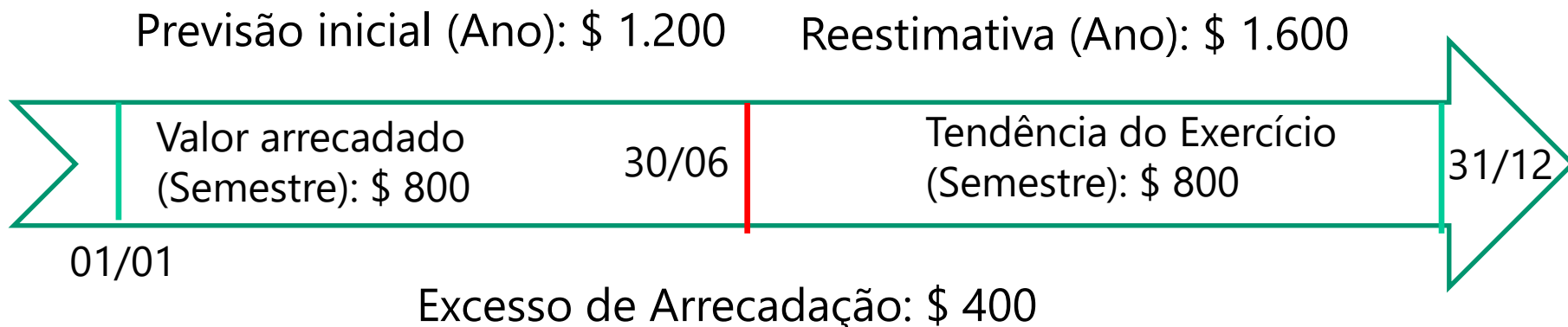
Superávit Financeiro apurado por Fonte de Recursos

- **Anulação/Cancelamento parcial de dotação (Inclusive Reserva de Contingência) - (Lei 4.320/64, Art. 43, III)**
- **Operação de Crédito (Lei 4.320/64, Art. 43, IV)**

■ Os provenientes de excesso de arrecadação (Lei 4.320/64, Art. 43, II)

Art. 43, § 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, **considerando-se, ainda, a tendência do exercício.**

Art. 43, § 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, **deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.**



Alterações Orçamentárias – Limitantes e Premissas

Constituição Federal, Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;



**Respeitar a
Vontade do
Legislativo**

Planejamento

Orçamento

Auditoria

**Orientados a
Resultados**

O que Caracteriza a Categoria de Programação?

Constituição Federal, Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

LDO União:

Para efeito desta Lei, entende-se por:

V – subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

....

As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no PLOA e na respectiva LOA, bem como nos créditos adicionais, por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

LDO União:

- O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na LOA e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida nesta Lei, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.
- A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Suponha que determinado ente tenha enviado o PLOA para o legislativo e os parlamentares fizeram alterações na programação da despesa modificando algumas ações orçamentárias. O chefe do poder executivo não concordou com as alterações e vetou as mesmas. Assim, a LOA foi aprovada com receitas maiores que despesas em 31/12.

Dois meses depois o legislativo derrubou o veto e as alterações vetadas passaram a integrar a LOA.

Nesse caso o crédito é **adicional ou inicial**?

Art. 50. As classificações das dotações previstas no art. 7º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento, as codificações orçamentárias e suas denominações **poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução**, desde que mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo.

§ 1º As alterações de que trata o caput poderão ser realizadas, justificadamente, se autorizadas por meio de:

III - portaria do Secretário de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, no que se refere aos OFSS para:

- a) **as fontes de recursos**, inclusive as de que trata o § 3º do art. 140, observadas as vinculações previstas na legislação;
- b) os **identificadores de uso**;
- c) **os identificadores de resultado primário**, exceto para as alterações dos identificadores de despesas primárias discricionárias decorrentes de programações incluídas ou acrescidas por emendas, constantes da alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º;

Portaria de Remanejamento de Fontes de Recursos

PORTARIA SOF/ME Nº 10.056, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 42, caput, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e


Considerando a frustração na arrecadação da fonte 16 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, da mesma fonte, para garantir a Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas, nas bacias do Rios Doce, Paranaíba, Piracicaba, Capivari e Jundiá, no âmbito da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA; e

Considerando a frustração na arrecadação da fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2021, da mesma fonte, com vista a promover e defender os direitos da pessoa idosa, no Fundo Nacional do Idoso, resolve:


Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no que concerne aos Ministérios do Desenvolvimento Regional; e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Remanejamento de Fontes de Recursos - Acréscimo

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional									
UNIDADE: 53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA									
ANEXO I						Outras Alterações Orçamentárias			
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) 						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00			
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2221	Recursos Hídricos								19.288.571
	Operações Especiais								
2221 00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)	18 544							19.288.571
2221 00LX 6025	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) - Na Bacia do Rio Doce	18 544							13.028.873
			F	3- ODC	1	50	O	316	13.028.873
2221 00LX 6029	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) - Na Bacia do Rio Paranaíba	18 544							5.563.017
			F	3- ODC	1	50	O	316	5.563.017
2221 00LX 6030	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) - Na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	18 544							696.681
			F	3- ODC	1	50	O	316	696.681
TOTAL - FISCAL									19.288.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.288.571

Remanejamento de Fontes de Recursos - Redução

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional									
UNIDADE: 53210 - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA									
ANEXO II									
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) 									
Outras Alterações Orçamentárias									
Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2221	Recursos Hídricos								19.288.571
	Operações Especiais								
2221 00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004)	18 544							19.288.571
2221 00LX 6025	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) - Na Bacia do Rio Doce	18 544							13.028.873
			F	3-ODC	1	50	O	116	13.028.873
2221 00LX 6029	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) - Na Bacia do Rio Paranaíba	18 544							5.563.017
			F	3-ODC	1	50	O	116	5.563.017
2221 00LX 6030	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) - Na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	18 544							696.681
			F	3-ODC	1	50	O	116	696.681
TOTAL - FISCAL									19.288.571
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.288.571

§ 3º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no Siafi ou no Siop pela unidade orçamentária, observados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia.

Obrigado!!!

**“A base de tudo, a essência, é o saber.
O saber pode te levar ao ter. O saber pode te levar ao poder.
Não é desejável que o ter leve ao poder. Mas é inadmissível
que o poder te leve ao ter.
San Tiago Dantas - Aula de Civismo”**



paulofeijo@me.com



Paulo Henrique Feijó



[61.98151.9763](https://wa.me/61.98151.9763)